

Os impactos da escravidão na luta pela igualdade: uma perspectiva de Mulheres, Raça e Classe, de Angela Davis

Litiele Oestreich¹

Resumo: Esta resenha revisita a obra de Angela Davis, importante figura para o feminismo negro norte-americano, intitulada *Mulheres, Raça e Classe*, publicada pela primeira vez em 1981. A discussão percorre os legados factuais do passado escravista, concentrando-se especificamente nas relações de trabalho e nos formatos de família. Posteriormente, fala-se sobre a relação da mulher e o ambiente doméstico em face do capitalismo e da industrialização; também é pauta deste trabalho a tentativa de hierarquização das causas sociais e o racismo travestido nas lutas pelo fim da escravidão e pelos direitos das mulheres. Por fim, debate-se sobre os formatos de racismo moderno que Davis sintetiza em sua produção.

Palavras-chave: feminismo negro; escravidão; igualdade de raça e gênero.

¹ Mestranda em Estudos Literários – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS). Bacharel em Letras – Português e Literaturas pela UFSM. E-mail: litiele.oestreich@gmail.com

No primeiro ano em que se consolida o feriado em âmbito nacional relativo ao Dia da Consciência Negra no Brasil, sendo o dia vinte de novembro de 2024 uma data dedicada à reflexão sobre a cultura negra e a necessidade de manutenção dos direitos humanos desta minoria, cabe aqui resgatar um dos mais expoentes nomes do feminismo negro mundial, ao lado de bell hooks, Audre Lorde, Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins, Marsha P. Johnson, Djamila Ribeiro, entre outros. Nesse contexto, a estadunidense Angela Davis, importante figura na luta antirracista, nascida no Alabama, na década de 1940, foi militante do Partido Comunista dos Estados Unidos e integrante do movimento Panteras Negras. Em sua carreira profissional, foi professora de Filosofia na Universidade da Califórnia, mas esteve proibida de cumprir seu ofício por conta de sua filiação ao Partido Comunista.

Uma de suas produções de maior destaque atualmente, intitulada *Mulheres, Raça e Classe*, aqui resenhada, foi publicada pela primeira vez há quase quatro décadas, em 1981, e traduzida para o Brasil em 2016, sendo ainda uma obra que é referência para se pensar de que maneira ocorre a manutenção das práticas e discursos racistas, ao dedicar-se à descrição do histórico de exploração, abuso, violência e negação de direitos da população negra, conferindo destaque especial à opressão feminina negra, ao mesmo tempo que entende que esta luta antirracista será melhor compreendida quando – não hierarquizada – mas interseccionalizada.

A obra está dividida estruturalmente em treze capítulos, os quais abordam a escravidão e os seus efeitos, a era pós-abolicionista e as condições de trabalho, questões de gênero e classe entre mulheres brancas e negras, até atingir temas específicos que o legado escravagista suscitou na sociedade, como o mito do homem negro estuprador e da mulher negra promíscua.

Primordialmente, em “O legado da escravidão: parâmetros para uma nova condição da mulher”, capítulo primeiro da obra, Davis faz importantes considerações sobre o passado escravista, que concebia o negro como uma propriedade e – mais do que isso – como unidade de trabalho lucrativa. Ao estarem condicionados a uma mesma

finalidade, a de viés econômico, a força de trabalho entre mulheres e homens negros se igualava: exerciam atividades essencialmente agrícolas, sob a paisagem da opressão; partindo desse ponto, carecia ao contexto de produções dedicadas à crítica ao processo de escravidão uma obra cuja autoria servisse de voz para várias outras mulheres negras que se sentiam – e ainda se sentem – vítimas desse passado segregacionista, de modo a explorar os estigmas de gênero que ainda hoje persistem em relação ao comportamento e à imagem da mulher negra. É nesse cenário que Angela Davis torna-se uma importante influente do feminismo negro, com a publicação de sua obra, que irá influenciar, posteriormente, escritoras brasileiras, como Djamila Ribeiro, em seu célebre texto *O que é lugar de fala?*, lançado em 2017, em que Ribeiro irá discutir justamente o espaço que algumas vozes merecidamente têm para falar de alguns temas em que se colocam na posição de oprimidas e/ou vítimas, como o próprio racismo e as diversas formas de opressão.

Assumindo este lugar de fala – o de mulher e de afrodescendente – Angela Davis enfatiza em seu livro que a recepção das atrocidades, praticadas pelos senhores das fazendas rurais estadunidenses, divergia entre homens e mulheres negros, dado que havia outras formas de exploração exclusivas ao sexo feminino:

Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à condição de fêmeas (DAVIS, 2016, p. 19).

A escravidão também impactou os formatos de família. Nesta perspectiva, Davis aponta que as escravas eram vistas como seres reprodutores, em uma ideia distanciada da maternidade, logo, a sua função seria a de “gerar lucro” – e não a de “maternar” –. Por esta razão é que, na industrialização, mulheres e crianças “valeriam mais” (DAVIS, 2016, p. 22). Se, por um lado as genitoras não maternavam, tampouco a paternidade era

exercida pelos homens negros –. Nesse cenário, a família negra era matrifocal, e os laços dos homens negros eram frágeis. Essa perspectiva favoreceu a criação de alguns mitos que hoje são vistos, como a ideia da matriarca negra, uma mulher forte, independente, quase que “masculinizada” – e por isso “ridicularizada” –, a qual, também, ameaçaria as relações de trabalho posteriormente, visto que esta mulher poderia tomar o lugar do homem negro em empregos remunerados. Essa concepção é, aos poucos, desconstruída por Davis, que irá afirmar que as mulheres escravizadas ocupavam, na verdade, posições consideradas indignas para o próprio homem negro, como as tarefas de limpeza e cuidado.

O ambiente doméstico é outro tópico pertinente discutido por Davis. A esse respeito, em uma comparação congênere, os serviços da mulher branca e da mulher negra diferiam, uma vez que esta última era muito mais incumbida de tarefas fora do ambiente doméstico, atividades essas que faziam misturar sangue e suor, dado ao esforço físico. Essa primeira configuração do trabalho – que interpela questões de raça e sexo – dialoga posteriormente com novos formatos de “trabalho”, pós-abolicionistas, que Davis apresenta em sua obra, estritamente no capítulo 5, “O significado de emancipação para as mulheres negras”, no qual a autora aborda que as mulheres negras só encontrariam empregos como domésticas – condição que não as afastaria tão cedo da escravidão –. Essa situação conferia às mulheres uma sensação de dívida implícita, resultante do período pós-escravidão, materializada no fato de se tornarem verdadeiras serviçais domésticas.

Angela Davis constata que o capitalismo foi o responsável por fechar as portas de casa para as mulheres brancas, em especial as de classe média. Essa barreira dividiu não só ambientes (externo e interno), mas também as raças. Isso porque este novo modelo econômico colocou a mulher branca dentro de casa, aprisionando-a, e manteve a negra no mundo lá fora, exercendo atividades e tarefas de força. Paralelamente, enquanto da mulher negra era exigido o esforço físico, a mulher branca era enfraquecida socialmente por estar reduzida ao ambiente fechado, do lar. A esta altura, as mulheres

que aprovavam o movimento antiescravagista eram as brancas e de classe média, uma vez que haviam perdido importância econômica no lar, mas dispunham de tempo para mobilizar campanhas abolicionistas, como mostra o excerto a seguir:

As figuras brancas mais visíveis na campanha antiescravagista eram mulheres que não precisavam exercer trabalho remunerado. Eram esposas de médicos, advogados, juizes, comerciantes, donos de fábricas – em outras palavras, mulheres da classe média e da burguesia emergente (DAVIS, 2016, p. 49).

Acerca disso, Davis reconhece a importância das mulheres da classe burguesa na luta pelos direitos civis das mulheres negras, mas a sua genialidade reside em problematizar a incapacidade das mulheres brancas em compreender a fundo a opressão feminina vivida pelas trabalhadoras negras, enfatizando que a luta por esses direitos é interseccional e envolve parâmetros não só de gênero, mas de raça e classe. Esse movimento de burguesas teve alguns nomes, como Lucretia Mott – representante da *Sociedade Antiescravagista Estadunidense* –, como importantes ativistas que abriram precedentes na ocupação política de mulheres. Contudo, Mott e as demais defensoras dos direitos das mulheres foram criticadas por alguns outros abolicionistas, sob o pretexto de que a luta das mulheres poderia interferir na luta geral contra a escravidão, na tentativa de hierarquizar as causas sociais (DAVIS, 2016, p. 54). Nesse ínterim, em um primeiro momento, as irmãs Grimké foram destaque por enfatizarem a igualdade das lutas pela libertação negra e libertação feminina.

Essa concepção do ambiente doméstico era também diversa entre as raças, uma vez que os negros tinham uma imagem diferente do domicílio, pois era o espaço onde poderiam ser eles mesmos e ter experiências como seres humanos. Davis acrescenta que “[...] as mulheres negras não eram diminuídas por suas funções domésticas, tal como acontecia com as mulheres brancas. Ao contrário dessas, aquelas não podiam ser tratadas como meras ‘donas de casa’” (DAVIS, 2016, p. 29).

De fato, sempre houve uma tensão entre a luta das mulheres e a luta da causa abolicionista, pois alguns empecilhos começaram a ficar evidentes, tal como o racismo

travestido nos discursos dos movimentos antiescravocratas e a validade desses discursos, que estava condicionada a um certo nível de formação educacional. Consoante Davis, “as reivindicações feitas pelas mulheres brancas e instruídas eram muito mais convincentes do que as da população negra e dos imigrantes” (DAVIS, 2016, p. 80). Apesar das divergências no processo da luta por igualdade, ao fim e ao cabo, após a abolição, a condição social e política dos negros se igualou à das mulheres brancas: a falta de liberdade.

A tese da autora começa a ganhar contornos no capítulo três, intitulado “Classe e raça no início da campanha pelos direitos das mulheres”, uma vez que Davis percebe que a escravização estava interligada de forma sistemática com questões de exploração e opressão em todo o território americano. A autora adentra a discussão na luta pelos direitos das mulheres, que, segundo ela, surgiu da não aceitação da supremacia masculina das próprias campanhas escravagistas, evidenciando como as lutas se confundem e estão entremeadas.

Elizabeth Cady Stanton, mulher branca e de classe média, foi uma das pioneiras na luta contra o sexismo. Entre as conquistas está a *Declaração de Seneca Falls*, em meados do século XIX, que consistiu no protesto contra o matrimônio (DAVIS, 2016, p. 64). Isso porque, à época, as mulheres que não eram exploradas nas jornadas exaustivas em fábricas, eram sujeitas às opressões na vida matrimonial e pública (especialmente as burguesas de classe média). Vale destacar que, nos anos 1840, as mulheres eram líderes da militância operária nos Estados Unidos. Davis pontua, no capítulo 4 – denominado “Racismo no Movimento Sufragista Feminino” – que algumas lutas eram superficiais, com a de Stanton, que afirmava em seu discurso que fora um “erro estratégico” a luta dos direitos das mulheres estar subordinada à causa abolicionista. Neste complô, também a atuação Susan B Anthony é apontada por Davis como contraditória, estritamente no capítulo 7, “O sufrágio feminino na virada do século: a crescente influência do racismo”, pois tinha um falso pretexto dos direitos humanos e uma ideologia burguesa.

Outro importante marco resgatado por Davis foi a *Convenção Nacional pelos Direitos das Mulheres*, que teve Sojourner Truth, negra e ex-escrava, como principal expoente. Detentora do slogan “Não sou eu uma mulher?”, Truth foi responsável por falar o ideário cristão presente no imaginário social de que a mulher seria o “sexo frágil”, sob a prerrogativa de que Cristo era um homem. Para Davis, a figura de Truth inspirou a união – tantas vezes desmantelada –, pela igualdade, entre mulheres de raça e classe diferentes. Nessa mesma perspectiva, bell hooks também publica, no mesmo ano o seu primeiro livro, título que faz referência ao discurso de Truth: *Eu não sou uma mulher? Mulheres Negras e Feminismo*, no qual ela percorre historicamente as diversas formas de abusos contra a população negra escravizada e, especialmente, focaliza a exploração sexual das mulheres negras.

As questões econômica e educacional, esta última em discussão no capítulo 6 “Educação e Libertação: a perspectiva das mulheres negras”, também são pautas na obra de Davis. A esse respeito, Frederick Douglass, abolicionista estadunidense, destacou-se pela máxima de que o avanço econômico da população negra estaria condicionado ao direito ao voto. Outra figura que visava à ascensão do povo negro foi Myrtila Miner, ativista norte-americana, que, em meados dos anos 1850, dedicou-se ao ensino de jovens afro-americanas em meio a várias interpéries e resistências, o que resultou em efeitos positivos na concepção de Davis, para quem “As pessoas negras que recebiam instrução acadêmica inevitavelmente associavam o conhecimento à batalha coletiva de seu povo por liberdade” (DAVIS, 2016, p. 112), fortalecendo, assim, as lutas e causas ao longo do tempo.

A ativista e militante não deixa de trazer em sua obra os legados que a escravidão deixou no imaginário popular e que perduram até hoje. Na virada do século XX, como aponta Davis pormenorizadamente no capítulo 7, “O sufrágio feminino na virada do século: a crescente influência do racismo”, o racismo foi fortalecido de forma que concebeu todos os estigmas, implícitos e explícitos, que se vê nos tempos de hoje em relação à população negra.

Nos termos de Davis, o “racismo moderno” criou novos parâmetros para as relações entre sexismo e racismo. As formas de abuso, por exemplo, ganharam novos matizes: no pós-abolição, – período em que, como anteriormente mencionado, intensificou-se o trabalho doméstico–, as mulheres passariam a ser abusadas não mais pelos seus senhores, mas pelos homens da casa. Se antes “O estupro era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir e, nesse processo, desmoralizar seus companheiros” (DAVIS, 2016, p. 36), agora, o estupro era praticado pelo homem branco, sob um falso pretexto de ter algum tipo de direito sobre os corpos femininos negros, especialmente se esse homem fosse detentor de poder econômico. Quanto a esse aspecto, Davis retoma que

Embora as mulheres negras e as suas irmãs de minorias étnicas tenham sido os alvos principais desses ataques de inspiração racista, as mulheres brancas também sofreram. Uma vez que os homens brancos estavam convencidos de que podiam cometer ataques sexuais contra as mulheres negras impunemente, sua conduta em relação às mulheres de sua própria raça não podia permanecer ileso (DAVIS, 2016, p. 181).

Essa vulgarização dos corpos – e do comportamento – de mulheres negras é também discutida em outras importantes publicações cunhadas no feminismo negro. A ativista bell hooks, em obra anteriormente mencionada, traz à luz o estigma pós-abolicionista de que as mulheres negras seriam sexualmente descontroladas, por exemplo, fato que desencorajaria, em certo grau, as relações interracialis.

Mais um reflexo presente nos dias de hoje é a associação da mulher negra à serviçal doméstica que, perpetuado sob a justificativa de que elas desempenhariam esta função “melhor”. Outros dois estigmas fantasiosos são elencados por Davis (2016). O primeiro deles é a concepção do homem negro como esturprador de mulher branca, que é discutido no capítulo 11, “Estupro, racismo e o mito do esturprador negro”. Para Davis, essa caracterização foi sendo naturalizada como forma de vingança, em apologias de linchamento, e qualifica o fato como “[...] uma teoria irresponsável a que representa os

homens negros como os autores mais frequentes de violência sexual. Na pior das hipóteses, é uma agressão contra o povo negro como um todo, pois o estuprador mítico implica a uma prostituta mítica” (DAVIS, 2016, p. 194). O segundo deles é a associação da mulher negra como uma figura vulgar e promíscua.

Em suma, a obra de Angela Davis ainda continua sendo uma importante contribuição para os Estudos Feministas, em especial para o feminismo negro. A autora não só questiona como a ideia de “libertação” da mulher negra pós-abolição pode ser relativa, uma vez que permanecem os estigmas de “mulher doméstica”, “mulher masculinizada”, “mulher sexualmente descontrolada”, como também evidencia para o leitor, como interpretação final de seus escritos, que o enfraquecimento das lutas das mulheres e dos abolicionistas acontece, sobretudo, quando essas causas são hierarquizadas, uma vez que criar este viés distintivo prejudica ambas as reivindicações, que estão unidas por um só fio condutor, que é o da opressão e da privação enquanto meios de dominação.

Referências

- DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- hooks, bell. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres Negras e Feminismo. Rosa dos Tempos: 2020.
- Ribeiro, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

The Impacts of Slavery on the Struggle for Equality: A Perspective from Women, Race, and Class, by Angela Davis

Abstract: This review revisits the work of Angela Davis, an important figure for North American black feminism, entitled *Women, Race and Class*, published for the first time in 1981. The discussion covers the factual legacies of the slave past, focusing specifically on the relations of work and family formats. Later, there is talk about the relationship between women and the domestic environment in the face of capitalism and industrialization; This work also focuses on the attempt to hierarchize social causes and the racism disguised in the struggles to end slavery and women's rights. Finally, there is a debate about the formats of modern racism that Davis synthesizes in his production.

Keywords: black feminism; slavery; race and gender equality.

Recebido: 18/07/2024

Aceito: 15/04/2025